



JUCESP PROTOCOLO  
0.776.211/22-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

**CNPJ n.º 08.427.422/0001-50**

**NIRE 352.209.404-94**

Pelo presente instrumento particular:

**CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, n. 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 12.420.164/0001-57 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.º 35300486854, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, sendo o Diretor Presidente, Sr. **Leonardo Almeida Byrro**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do RG sob o n.º 20.477.845 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o n.º 269.275.368-25 e o Diretor Financeiro, o Sr. **Guilherme Fonseca Goulart**, brasileiro, convivente em união estável, contador, portador da cédula de identidade RG n.º 29331939-X emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME n.º 279.285.928-86, ambos com endereço comercial na rua Iguaçu, n.º 444, Itoupava Seca, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89030-030;

Única sócia da sociedade empresária limitada **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Francisco Mendes, 320, Bairro Jardim do Trevo, CEP 13030-110, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 08.427.422/0001-50, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o NIRE 352.209.404-94 ("Sociedade"), resolve, pelo presente instrumento, deliberar o quanto segue.

**Deliberação 01.** A única sócia aprova integralmente o protocolo e justificação de incorporação (Anexo I) da **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** (Incorporada), acima qualificada, pela sociedade **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, n. 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 12.420.164/0001-57 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.º 35300486854 (Incorporadora).

**Deliberação 02.** A sócia ratifica a nomeação da empresa especializada **TATICCA AUDITORES E CONSULTORES LTDA.**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo/SP, na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04571-938, 7CNPJ n.º 12.651.123/0001-71, registrada no CRC/SP n.º 2SP034902/O ("Empresa Avaliadora"), empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido e elaboração do Laudo de Avaliação Patrimonial da Incorporada, aprovando o laudo e os valores apurados (Anexo II - Laudo de Avaliação).

JUCESP  
01.07.22

**Deliberação 03.** O valor da incorporação levou em conta o patrimônio líquido da Incorporada no valor de R\$ 16.645.050,90 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, cinquenta reais e noventa centavos), conforme Balanço Patrimonial apurado em 30 de abril de 2022, segundo Laudo de Avaliação apresentado pela Empresa Avaliadora, qualificada acima, laudo este integralmente aprovado pela sócia.

**Deliberação 04.** A sócia aprova a incorporação da **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** pela **CM HOSPITALAR S.A.**, nos exatos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, com a consequente extinção, de pleno direito, desta Sociedade.

**4.1.** Por força da incorporação ora aprovada, a **CM HOSPITALAR S.A.** será a sucessora legal desta Sociedade, a título universal, em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, sem solução de continuidade, na forma da legislação pertinente.

**4.2.** Considerando que a sócia da Incorporada é a própria Incorporadora, ficam liquidadas e quitadas todas e quaisquer obrigações ou direitos em relação à sociedade extinta, nada mais tendo a exigir ou reclamar, concordando plenamente com o que foi ratificado através da Assembleia Geral Extraordinária da CM Hospitalar S.A. (Incorporadora) que também aprovou a presente incorporação.

**4.3.** Destaca-se, ademais, que não haverá a extinção de filiais da Incorporada, na medida em que a Incorporada não possui filiais.

**Deliberação 05.** Fica autorizada a administração da Sociedade a praticar todos e quaisquer atos necessários à incorporação, inclusive registros, averbações, publicações e transferências.

**Deliberação 06.** Para dirimir quaisquer dúvidas, pendências ou omissões do presente Contrato Social, fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Preto/SP.

Campinas/SP, 31 de maio de 2022.

**CM HOSPITALAR S.A.**

Leonardo Almeida Byrro  
Cargo: Diretor Presidente

Guilherme Fonseca Goulart  
Cargo: Diretor Financeiro



JUCESP

## PROTOCCLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/85CA-9C21-0F8A-F794> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 85CA-9C21-0F8A-F794**



### Hash do Documento

E2E19B58D67CDEC239B713AA5DD54826387CCC3F82DC736AF417C512F1266752

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2022 é(são) :

✓ Leonardo Almeida Byrro (Diretor Presidente) - 269.275.368-25 em  
31/05/2022 16:33 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital

✓ Guilherme Fonseca Goulart (DIRETOR FINANCEIRO) -  
279.285.928-86 em 31/05/2022 15:18 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital



JUCESP  
01 07 22

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BIOGENETIX  
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. PELA CM HOSPITALAR S.A.**

Celebrado entre as administrações das sociedades abaixo qualificadas, bem como pelas respectivas sociedades:

**CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, n. 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o n° 12.420.164/0001-57 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE n° 35300486854, neste ato representada na forma prevista em seu Estatuto Social, na qualidade de Incorporadora ("**Incorporadora**" ou "**CM Hospitalar**");

e

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Francisco Mendes, 320, Bairro Jardim do Trevo, CEP 13030-110, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o n.º 08.427.422/0001-50, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 352.209.404-94, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de Incorporada ("**Incorporada**" ou "**Biogenetix**").

Incorporadora e Incorporada, em conjunto, doravante designadas simplesmente "**Partes**" e, cada qual individualmente, "**Parte**".

Este documento foi assinado digitalmente por Thiago Liska, Joseane Correia, Priscila Pawlak Sandor e Guilherme Fonseca Goulart. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 688E-914B-742A-2990.

DIJESF  
01 07 22

## PREÂMBULO

(i) **Considerando que**, a Incorporadora é uma companhia aberta com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com ações negociadas no segmento de Novo Mercado de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e tem por objeto: exportar, importar, representar, armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive o controle especial, e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no comércio atacadista de produtos para saúde; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; comércio atacadista de sancantes, compreendendo o comércio atacadista de higiene e limpeza e conservação domiciliar, com ou sem acondicionamento associado; comércio atacadista de vacinas para uso humano; comércio atacadista de dietas e leites nutricionais; comércio atacadista de cosméticos; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros, exceto com emissão de warrants; atividades de embalar e reembalar produtos para saúde e correlatos; comércio atacadista de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias referidas nas demais atividades da matriz e das filiais; a locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e central de negócios, bem como deter participação em outras sociedades;

(ii) **Considerando que**, a Incorporada é uma sociedade empresária limitada cujo capital social é inteiramente detido pela Incorporadora e que tem por objeto: Comércio e assessoria comercial de produtos hospitalares, laboratoriais, suas peças e acessórios, medicamentos, kits e equipamentos para diagnósticos em análises clínicas, assistência técnica, importação e exportação; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente.

(iii) **Considerando que**, a Incorporada tem suas quotas integralmente detidas pela Incorporadora, na medida em que o capital social da Incorporada, que compreende 9.353.816 (nove milhões e trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e dezesseis) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, representando o R\$9.353.816,00 (nove milhões e trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e dezesseis reais) do capital social, é totalmente detido pela Incorporadora; e

(iv) **Considerando que**, a CM Hospitalar pretende incorporar a Incorporada.

**Resolvem** as Partes firmar, em atendimento ao disposto nos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e com observância das normas aplicáveis da CVM, celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação da Biogenetix Importação e Exportação Ltda. pela CM Hospitalar S.A. ("Protocolo"), visando a regular os termos e condições aplicáveis à incorporação da Incorporada pela CM Hospitalar ("Incorporação"), observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados.

DIJESB  
01 07 22

## Cláusula 1ª: Interpretação e Definições

**1.1 Interpretação.** Neste Protocolo e Justificação, a menos que exigido de outra forma pelo contexto:

- (i) os títulos e cabeçalhos servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído à cláusula a que fazem referência;
- (ii) os termos “inclusive”, “incluindo” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”;
- (iii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Protocolo e Justificação aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa;
- (iv) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; e
- (v) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições legais respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas na data deste Protocolo e Justificação.

**1.2 Definições.** Os termos iniciados com letras maiúsculas constantes deste Protocolo e Justificação terão os significados a eles atribuídos neste instrumento.

## Cláusula 2ª: Objeto

**2.1** Este instrumento de Protocolo e Justificação tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da proposta de Incorporação da Biogenetix pela CM Hospitalar, que será levada à deliberação dos acionistas da Incorporadora e da única sócia da Incorporada, sendo a própria CM Hospitalar (“Incorporação” ou “Operação”).

**2.2** Na eventualidade de aprovação da presente proposta:

**2.2.1** A CM Hospitalar incorporará a integralidade do patrimônio líquido da Incorporada pelo valor contábil, e sucederá a Incorporada em todos os seus direitos e obrigações, com efeitos contados a partir da aprovação da Incorporação pelos acionistas da CM Hospitalar, em Assembleia Geral, e pela única sócia da Incorporada, sendo a própria CM Hospitalar, em deliberação societária da Incorporada;

**2.2.2** A Incorporada será extinta e, como consequência, as quotas emitidas pela Incorporada serão canceladas e extintas, sendo que o capital social da CM Hospitalar permanecerá inalterado após a Incorporação, nos termos do disposto na cláusula 5ª.

DUCESP  
01 07 22

### **Cláusula 3ª: Justificação e interesse das partes**

**3.1 Justificação, motivos e Benefícios.** A Incorporação visa a melhor estratégia de otimização das bases societárias e de negócios da CM Hospitalar. A realização da Operação se justifica e é interessante para as Partes, pois será possível reorganizar e explorar os elementos patrimoniais de forma unificada e mais eficiente, mantendo o mesmo padrão e orientação geral de negócios.

**3.1.1** Com isso, pretende-se reduzir custos de ordem administrativa, além de tornar a administração única mais eficiente ao gerar aproveitamento de sinergias, o que resultará em benefícios de natureza patrimonial e financeira para a CM Hospitalar e para a Incorporada.

**3.2 Fatores de risco.** As Partes entendem que a Operação não aumentará a exposição de risco dos acionistas das Partes e/ou de terceiros interessados.

### **Cláusula 4ª: Avaliação**

**4.1 Empresa Avaliadora.** As Partes contrataram a empresa especializada **TATICCA AUDITORES E CONSULTORES LTDA.**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo/SP, na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 375, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04571-938, CNPJ nº 12.651.123/0001-71, registrada no CRC/SP nº 2SP034902/O ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporada, nos termos dos artigos 226 e seguintes da Lei das S.A.

**4.2 Ratificação da Contratação e Nomeação da Empresa Avaliadora.** A escolha, a contratação e a nomeação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação contábil da Incorporada deverão ser ratificadas pelos acionistas da CM Hospitalar e pela sócia da Incorporada.

**4.3 Avaliação da Incorporada.** A CM Hospitalar e a Incorporada concordam que, na forma do laudo de avaliação constante do **Anexo I** a este Protocolo ("Laudo de Avaliação"), o patrimônio líquido da Incorporada teve seu valor determinado com base no critério contábil, pela Empresa Avaliadora, na data base de 30 de abril de 2022 ("Data-Base"), com base no balanço patrimonial elaborado pela administração da Incorporada para a Data-Base e para esse fim específico. De acordo com as informações constantes do Laudo, o valor contábil total do acervo da Incorporada destinado para a incorporação na CM Hospitalar equivale a **R\$ 16.645.050,90 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, cinquenta reais e noventa centavos)** na Data-Base.

**4.4 Variações patrimoniais ocorridas posteriormente à data-base da Incorporação.** As variações patrimoniais da Incorporada ocorridas entre a Data-Base e a data da efetiva Incorporação deverão ser integralmente absorvidas pela CM Hospitalar e registradas diretamente em seus livros contábeis.

DUCE SP  
01 07 22

**4.4 Conflito.** A Empresa Avaliadora declarou não ter interesse, direto ou indireto, nas sociedades envolvidas na Incorporação ou, ainda, no tocante à própria Incorporação, que pudesse impedir ou afetar a preparação do Laudo de Avaliação a ela solicitado, para fins da Incorporação.

**4.5 Avaliação para fins do artigo 264 da Lei das S.A.** Tendo em vista que a Incorporada é uma controlada cujas quotas são integralmente detidas pela CM Hospitalar, não haverá aumento de capital decorrente da Incorporação nem a emissão de novas ações da CM Hospitalar, conforme descrito na cláusula 5ª, não havendo qualquer relação de substituição de ações. Ademais, nos termos da Decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em 15/02/2018, a respeito da consulta formulada no Processo SEI 19957.011351/2017-21, o laudo de que trata o artigo 264 da Lei das S.A. é inaplicável em caso de incorporação de controlada detida integralmente e, portanto, à Incorporação.

#### **Cláusula 5ª: Aspectos Gerais da Incorporação**

Caso a proposta de Incorporação seja aprovada, a Incorporação será implementada de acordo com as seguintes bases:

##### **5.1 Capital social.** Composição atual:

**5.1.1 Incorporada.** O capital social da Incorporada nesta data, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$9.353.816,00 (nove milhões e trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e dezesseis reais), dividido em 9.353.816 (nove milhões e trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e dezesseis) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, detidas integralmente pela CM Hospitalar.

**5.1.2 Incorporadora.** O capital social da CM Hospitalar nesta data, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.771.043.736,23 (um bilhão, setecentos e setenta e um milhões, quarenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte três centavos), dividido por 286.123.360 (duzentos e oitenta e seis milhões cento e vinte e três mil e trezentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

<b>Acionistas da CM Hospitalar S.A.</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Genoma VI Fundo de Investimento em Part. Multiestratégia	116.026.207	40,55%
Fundo de Investimento em Part. Mult. Genoma I	50.299.936	17,58%
Diretoria Estatutária	4.116.725	1,44%
Tesouraria	2.623.600	0,92%
Ações em Circulação: Governo de Singapura (GIC)	25.100.401	8,77%
Ações em Circulação: Outros	87.956.491	30,74%
<b>Total</b>	<b>286.123.360</b>	<b>100,00%</b>

DUCE SP  
01 07 20

## 5.2 Efeitos da Incorporação no capital social das Partes:

- (i) A CM Hospitalar absorverá a totalidade dos ativos e passivos da Incorporada, que será extinta.
- (ii) A Incorporação não resultará em aumento de capital da CM Hospitalar, o qual permanecerá inalterado, considerando que todas as ações representativas do capital social da Incorporada são detidas integralmente pela CM Hospitalar e, portanto, a participação que a CM Hospitalar possui na Incorporada será cancelada e substituída pelos ativos e passivos constantes do Laudo de Avaliação.
- (iii) Não haverá, como resultado da Incorporação, qualquer alteração nos direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da CM Hospitalar existentes.
- (iv) As quotas representativas do capital social da Incorporada serão extintas e canceladas no ato da Incorporação.

**5.3 Direito de Recesso.** Não haverá direito de recesso na Incorporadora em decorrência dos artigos 136 e 137 da Lei das S.A.

**5.4 Relação de Troca.** Tendo em vista que (a) as quotas da Incorporada serão extintas e canceladas em virtude da Incorporação, e (b) não haverá aumento de capital ou a emissão de novas ações pela CM Hospitalar decorrente da Incorporação, não haverá qualquer relação de troca entre ações da Incorporada e da CM hospitalar.

**5.5 Extinção e Sucessão.** Caso a Incorporação venha a ser aprovada, a Incorporada será extinta e sucedida pela CM Hospitalar, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais.

**5.6 Proposta de alteração estatutária.** Como parte da Operação, propõe-se que seja aprovada a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da CM Hospitalar, com a inclusão no objeto social da Companhia das atividades "*manutenção e reparação de equipamentos*", sem impacto nas atividades principais desenvolvidas pela Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social, que passará a contar com a seguinte redação (com destaque da alteração proposta):

*"Artigo 3º - O objeto social da Companhia compreende exportar, importar, representar, armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive o controle especial, e o comércio atacadista em geral, com atuação principalmente no comércio atacadista de produtos para saúde; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais; comércio atacadista de saneantes, compreendendo o comércio atacadista de higiene e limpeza e conservação domiciliar, com ou sem acondicionamento associado; comércio*

atacadista de vacinas para uso humano; comércio atacadista de dietas e leites nutricionais; comércio atacadista de cosméticos; atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros, exceto com emissão de warrants; atividades de embalar e reembalar produtos para saúde e correlatos; comércio atacadista de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual das mercadorias referidas nas demais atividades da matriz e das filiais; a locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; a manutenção e reparação de equipamentos; a prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo e central de negócios, bem como de participação em outras sociedades;

**Parágrafo Único.** O exercício, pela matriz e por suas filiais, das atividades acima indicadas e que constituem o objeto social da sociedade será realizado mediante transporte próprio ou terceirizado, sendo que este transporte rodoviário de cargas poderá ser realizado no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual."

#### **Cláusula 6ª: Atos da incorporação**

- 6.1 A efetivação da Incorporação dependerá, ainda, dos seguintes atos:
- 6.1.1 Reunião do Conselho de Administração da Incorporadora para deliberar acerca da proposta de Incorporação nos termos deste Protocolo e a convocação da Assembleia geral da CM Hospitalar.
- 6.1.2. Assembleia Geral da CM Hospitalar para deliberar sobre: (i) o Protocolo; (ii) a ratificação da contratação da Empresa Avaliadora; (iii) o Laudo de Avaliação; (iv) a Incorporação; e
- 6.1.3 Alteração do Contrato Social da Incorporada para deliberar sobre: (i) o Protocolo; (ii) a Incorporação pela CM Hospitalar e consequente extinção da Incorporada; e (iii) a autorização para que a administração pratique os atos necessários para a implementação das deliberações anteriores caso sejam aprovadas pela única acionista da Incorporada.

#### **Cláusula 7ª: Disposições gerais**

- 7.1 **Independência das disposições.** A eventual declaração por qualquer juízo ou tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Partes a emendar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz.

ANEXO  
01 07 22

**7.2 Acordo integral, anexo e aditamentos.** Este Protocolo e seu anexo constituem a totalidade dos entendimentos e avenças dos administradores das Partes, conforme aplicável, com relação às matérias aqui reguladas. Este Protocolo e seu anexo somente poderão ser alterados ou aditados por meio de instrumento escrito assinado por todos os administradores das Partes.

**7.3 Arquivamento.** Aprovada a Incorporação pelos acionistas da CM Hospitalar e sócia da Incorporada, competirá à administração da CM Hospitalar promover o arquivamento e a publicação de todos os atos relativos à Incorporação nos termos do artigo 227, §3º da Lei das S.A., e realizar os registros necessários perante as repartições federais, estaduais e municipais competentes. Os custos e despesas decorrentes da implementação da Incorporação serão de responsabilidade da CM Hospitalar.

**7.4 Lei aplicável.** Este Protocolo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**7.5 Dispensa de requisitos.** Nos termos do artigo 16 da Resolução CVM 78, de 29 de março de 2022, considerando que a Incorporação não resultará em qualquer diluição no capital social da Incorporadora, não se faz a necessária (i) a auditoria independente das demonstrações financeiras da Incorporada na Data-Base; e (ii) a elaboração de informações financeiras pro forma das sociedades envolvidas.

**7.6 Aprovações.** A realização da Incorporação não estará sujeita à submissão a ou aprovação de qualquer autoridade brasileira ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando a aprovações regulatórias ou concorrenciais.

**7.7 Documentos.** O presente Protocolo, o Laudo de Avaliação e demais documentos aqui mencionados serão disponibilizados aos acionistas oportunamente, na sede social da CM Hospitalar e nos sítios de relações com investidores da CM Hospitalar ([ri.vivo.com.br](http://ri.vivo.com.br)), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**7.8** Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação passada pelo registro de empresas será documento hábil para o registro e a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela CM Hospitalar em relação aos bens, direitos, ativos pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, passivos, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes ou relacionados à incorporação da Incorporada pela CM Hospitalar.

SUCESP  
01 07 22

7.9 **Foro.** Fica eleito o foro da comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes, assinam o presente Protocolo e Justificação de Incorporação em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Preto/SP, 09 de maio de 2022.

*(A página de assinaturas do presente Protocolo e Justificação de Incorporação da Biogenetix pela CM Hospitalar segue exclusivamente na folha 10)*

*(Fim das disposições deste instrumento)*

Este documento foi assinado digitalmente por Thiago Liska, Joseane Correia, Priscila Pawlak Sandor e Guilherme Fonseca Goulart. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldassinaturas.com.br> e utilize o código 688E-914B-742A-2990.

JUCESP  
01 07 22

*(Única página de assinaturas do presente Protocolo e Justificação de Incorporação da Biogenetix pela CM Hospitalar)*

**CM HOSPITALAR S.A.**

\_\_\_\_\_  
Thiago Liska  
Diretor de Diagnósticos e Vacinas

\_\_\_\_\_  
Guilherme Fonseca Goulart  
Diretor Financeiro

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Thiago Liska  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Guilherme Fonseca Goulart  
Diretor Financeiro

Testemunha: \_\_\_\_\_  
Nome: Joseane Correia  
CPF: 948.219.689-91

Testemunha: \_\_\_\_\_  
Nome: Pricila Pawlak Sandor  
CPF: 086.540.909-95

Este documento foi assinado digitalmente por Thiago Liska, Joseane Correia, Pricila Pawlak Sandor e Guilherme Fonseca Goulart.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldessignaturas.com.br> e utilize o código 688E-914B-742A-2990.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/688E-914B-742A-2990> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 688E-914B-742A-2990**



### Hash do Documento

2A6F90B8D9667993DD58919569A4788E173C85FF40C80F1D630C7D1CB68C94BE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/05/2022 é(são) :

✓ Thiago Liska (Diretor de Diagnósticos e Vacinas) - 020.058.649-19  
em 09/05/2022 19:59 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

✓ Joseane Correia (Gerente Juridico) - 948.219.689-91 em  
09/05/2022 19:30 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

✓ Pricila Pawlak Sandor (Advogada) - 086.540.909-95 em  
09/05/2022 19:28 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

✓ Guilherme Fonseca Goulart (DIRETOR FINANCEIRO) -  
279.285.928-86 em 09/05/2022 19:26 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



DUPLICATA  
01 07 22

## BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

**Laudo de avaliação  
do valor patrimonial de quotas  
apurado por meio dos livros contábeis**

Em 30 de abril de 2022

## Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas apurado por meio dos livros contábeis

Aos

Administradores e Quotistas da  
**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**  
CAMPINAS | SP

### Dados da organização contábil

**TATICCA Auditores e Consultores Ltda.**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, no 375, Sala 51, Cidade Monções, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 12.651.123/0001-71, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (SP) sob o n.º CRC 2SP034902/O, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Renato Mateus Gonçalves, contador, portadora do RG nº 3.566.678, inscrito no CPF sob o nº 007.384.579-57, e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº CRC-SC 042650/O-6, residente e domiciliado na cidade de Blumenau - SC, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração, para proceder à avaliação do valor patrimonial de quotas apurado por meio dos livros contábeis da **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** (Empresa), sociedade limitada com sede na cidade de Campinas, Estado do São Paulo, na Rua Manoel Francisco Mendes, 320, Bairro Jardim do Trevo, CEP 13.030-110, inscrita perante o CNPJ sob o n.º 08.427.422/0001-50, em 30 de abril de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no **Anexo I e II**, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

### Objetivo da avaliação

1. A avaliação do valor patrimonial contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de abril de 2022 da **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** tem por objetivo a incorporação desta empresa por **CM HOSPITALAR S.A.**

### Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

2. A administração da Empresa é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa está descrito no **Anexo II** do laudo de avaliação.

### Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor patrimonial de quotas apurado por meio dos livros contábeis da **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** (Empresa), em 30 de abril de 2022, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de um laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Empresa de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.


4. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Empresa para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Empresa. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

#### Conclusão

5. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 16.645.050,90 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, cinquenta reais e noventa centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de abril de 2022, registrado nos livros contábeis e resumido no **Anexo I**, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil de **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas brasileiras.

Blumenau (SC), 09 de maio de 2022.

TATICCA Auditores  
e Consultores Ltda.  
CRC-SP-034902/O

  
Renato Mateus Gonçalves  
Sócio  
Contador CRC-SC-042650/O-6

**Anexo I ao Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas  
apurado por meio dos livros contábeis**

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	30/04/2022	Passivo e patrimônio líquido	30/04/2022
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6.013.090,16	Fornecedores	7.959.123,48
Contas a receber de clientes	5.319.553,55	Partes relacionadas	7.100.000,00
Estoques	3.552.006,85	Salários e obrigações a pagar	435.428,91
Outros ativos	535.299,59	Tributos a recolher	396.168,79
		Outros passivos	9.208,11
	<b>15.419.950,15</b>		<b>15.899.929,29</b>
<b>Não circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
Imobilizado	17.151.919,46	Provisões para litígios	67.081,88
Intangível	42.386,76	Outros passivos	2.194,36
	<b>17.194.306,22</b>		<b>69.276,18</b>
		<b>Total do passivo</b>	<b>15.969.205,47</b>
		<b>Patrimônio líquido</b>	
		Capital social	9.353.816,98
		Reservas de lucros	5.973.146,91
		Lucro do período	1.318.087,02
			<b>16.645.050,90</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>32.614.256,37</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>32.614.256,37</b>

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas, apurado por meio dos livros da BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, emitido pela TATICCA Auditores e Consultores Ltda., em 09 de maio de 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por Renato Mateus Gonçalves.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 34BC-9D39-AC8E-A1D2.

## **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

### **1. Contexto operacional**

A **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, ("Empresa") constituída em 11 de outubro de 2006, tem sua sede social no município de Campinas, Estado do São Paulo. A Empresa atua preponderantemente no comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar.

### **2. Principais políticas contábeis adotadas para a elaboração do laudo de avaliação**

#### **2.1 Base de preparação**

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistentes na preparação do laudo do patrimônio líquido em 30 de abril de 2022. O patrimônio líquido foi apurado e está sendo apresentado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A preparação destas informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para estas informações estão divulgadas na Nota 3. Estas estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as avaliações sobre a necessidade ou não de constituição de provisões para perdas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas anualmente.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos no laudo de avaliação do valor patrimonial são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). Estas informações estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa, também, a moeda de apresentação.

#### **2.3 Instrumentos financeiros**

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

## BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

### Classificação

#### Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida (VJORA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial (VOJRA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o

**Anexo II ao Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas  
apurado por meio dos livros contábeis.**

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Mensuração subsequente**

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

**Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros**

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor

**Anexo II ao Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas  
apurado por meio dos livros contábeis.**

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

**Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**2.5 Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

**2.6 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**2.7 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas, apurado por meio dos livros da BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, emitido pela TATICA Auditores e Consultores Ltda., em 09 de maio de 2022

Este documento foi assinado digitalmente por Renato Mateus Gonçalves.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 34BC-9D39-AC8E-A1D2.

TATICA 7 | 13

Este documento foi assinado digitalmente por Renato Mateus Gonçalves.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 34BC-9D39-AC8E-A1D2.

## BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.8 Ativos intangíveis

#### Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis são revistas a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### 2.9 Redução ao valor recuperável (impairment)

#### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações; ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: (i) dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; (ii) quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; (iii) reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; (iv) a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou (v) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, mas pode tomar medidas adicionais para fazer cumprir a obrigação do cliente, o que pode resultar na recuperação de parte ou da totalidade do valor baixado.

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições atuais de mercado, incluindo o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente quando o valor contábil do ativo não ultrapassa o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**2.10 Imposto de renda e contribuição social**

O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

**2.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Administração da Empresa não identificou necessidade de constituição com base em algum evento passado.

**2.12 Provisões para litígios**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.13 Capital social**

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

**2.14 Reserva de capital**

Constituído pelo saldo de empréstimo com partes relacionadas (quotista) e reflexo do ajuste a valor presente sobre o principal. O ajuste a valor presente resultou na constituição de reserva de capital que é demonstrado como componente do patrimônio líquido no balanço patrimonial.

**3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação do laudo patrimonial requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos.

O laudo patrimonial foi elaborado com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação do laudo patrimonial foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado no laudo patrimonial.

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados no laudo patrimonial devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

**3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**3.2 Arrendamentos - Determinação do prazo de arrendamento**

A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Empresa possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Empresa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Empresa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

**3.3 Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos**

A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa.

## **BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

### **3.4 Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato**

A Empresa utiliza julgamento profissional para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Empresa e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

### **3.5 Tributos**

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Empresa. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

### **3.6 Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte.

### **3.7 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para

**Anexo II ao Laudo de avaliação do valor patrimonial de quotas  
apurado por meio dos livros contábeis**

---

**BIOGENETIX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial resumido

Em 30 de abril de 2022

Expresso em Reais, exceto quando indicado de outra forma

levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável,  
conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos  
assuntos ou decisões de tribunais.

\* \* \*

## Sobre a TATICCA

A TATICCA é uma firma que presta serviços de auditoria externa e interna, impostos, consultoria, assessoria empresarial, *corporate finance*, treinamentos, tecnologia, perícia, investigações, sustentabilidade, mapeamento de riscos, contabilidade e serviços correlatos. A TATICCA é firma-membro da ALLINIAL GLOBAL, uma aliança global de entidades independentes de auditoria, contabilidade e consultoria.

TATICCA Auditores e Consultores Ltda.

WWW.TATICCA.COM.BR

### BLUMENAU

Edifício Premium  
Rua Alwin Schrader, 223, Sala 304  
Centro - Blumenau - SC - Brasil  
CEP: 89015-000

HIGH  
EXPERTISE  
FOR YOU



Este documento foi assinado digitalmente por Renato Mateus Gonçalves.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 34BC-9D39-AC8E-A1D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Renato Mateus Gonçalves.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 34BC-9D39-AC8E-A1D2.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/34BC-9D39-AC8E-A1D2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 34BC-9D39-AC8E-A1D2**



### Hash do Documento

D0F24BA80F7890894D60071CCF06D57772AA4FD52FE58FD3635A8FD5B4F015A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/06/2022 é(são) :

☒ Renato Mateus Goncalves (Auditor) - 007.384.579-57 em  
13/06/2022 10:14 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





CM HOSPITALAR S.A  
CNPJ/MF Nº 12.420.164/01  
NIRE Nº 35.300.486.85  
CVM 02568-2  
Companhia Aberta  
("Companhia")



JUCESP PROTOCOLO  
2.003.795/23-6



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

**DATA, HORA E LOCAL.** Realizada no dia 26 de abril de 2023, às 14:00 horas, reunidos por vídeo conferência, nos termos do art. 13 do Estatuto Social da Companhia.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA.** Dispensada a convocação prévia em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; e Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Secretário.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES.** Instalada a reunião e discutidas as matérias, os membros do Conselho de Administração aprovam, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições:

1. A reeleição dos membros do Comitê de Auditoria, Gestão do Risco e de Compliance, estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração:

- a) **JOSÉ ANTONIO MIGUEL NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 13565120-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 052.393.918-31, com endereço na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Fidencio Ramos, nº 308, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-010, para o cargo de Coordenador do Comitê, membro independente;
- b) **PAULO SERGIO CRUZ DORTAS MATOS**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 01078914-68 SSP/BA, inscrito no CPF/ME nº 219.961.055-15, com endereço na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Bernardino Machado, nº 403, Granja Julieta, CEP 04722-120, para o cargo de membro independente do Comitê, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e
- c) **RICARDO PECHINHO HALLACK**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 115987281 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME nº 082.237.447-16, com endereço na cidade de São Paulo/SP, na Rua Iguatemi, nº 151, 18º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, para o cargo de membro do Comitê, sendo que o Sr. Ricardo também ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

1.1. Os membros, ora eleitos, possuem mandato de 02 (dois) anos, a contar da presente data e tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse e entrega de declaração de desimpedimento e de adesão ao Regulamento do Novo Mercado, nos termos da legislação e regulamentação aplicável;

2. A reeleição dos membros da Diretoria da Companhia:

- a) **LEONARDO ALMEIDA BYRRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 20.477.845 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 269.275.368-25, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Presidente**;

- b) **ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 27.602.378-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 305.213.538-40, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios**;
- c) **VILSON SCHVARTZMAN**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 10.500.869-07 SSP/RS, inscrito no CPF/ME nº 766.031.300-25 com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas**;
- d) **FLAVIA DE LIMA CARVALHO**, brasileira, em união estável, relações públicas, portadora do RG nº 25.069.651-4 SSP/SP, inscrita no CPF/ME nº 313.294.398-30, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretora de Relações com Investidores e M&A**;
- e) **GUILHERME FONSECA GOULART**, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 29.331.939-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 279.285.928-86, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Financeiro**;
- f) **RENAN DE ALMEIDA HERVELHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 43.528.434 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 333.637.448-03, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Comercial**;
- g) **THIAGO LISKA**, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 3.644.744 SSP/SC, inscrito no CPF/ME nº 020.058.649-19, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor de Diagnósticos e Vacinas**.

2.1. Os Diretores reeleitos possuem mandato de 03 (três) anos, a contar da presente data e tomarão posse em seus cargos mediante assinatura do termo de posse e entrega de declaração de desimpedimento e de adesão ao Regulamento do Novo Mercado, nos termos da legislação e regulamentação aplicável;

2.2. Autorizar Guilherme Fonseca Goulart, acima qualificado, a representar a Companhia perante a Receita Federal do Brasil, na condição de responsável legal;

3. O relatório de análise crítica do Sistema de Gestão Antissuborno ("SGAS") da ISO 37.0001, o desempenho das ações, bem como ratificado o compromisso de cumprimento ao SGAS;

4. A assinatura pela Companhia (a) da proposta de prestação de serviços com a Diagnóstico da América S.A.; e, com abstenção de voto pelo conselheiro Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro (b) do contrato de representação comercial com a Crer Cunha Ribeiro Empreendimentos e Representações Ltda.;

5. A autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessárias à consecução das matérias acima.

**ENCERRAMENTO E LAVRATURA E LEITURA DA ATA** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins

Costa; (iii) Ricardo Pecini Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; e (v) Paula Paschoal Queiroz de Moraes.

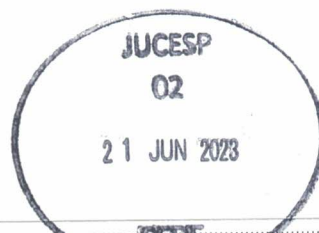
Ribeirão Preto, 26 de abril de 2023.

*(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)*

**Mesa:**

\_\_\_\_\_  
**Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**Luiz Felipe Duarte Martins Costa**  
Secretário



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/8EF8-57BC-4A56-4CD1> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 8EF8-57BC-4A56-4CD1**



### Hash do Documento

ED617FA33202B43AF84A8CA2C7AA3C5DC88695CF395008FDA7EE959DED0F4E20

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2023 é(são) :

- ☒ Luiz Felipe Duarte Martins Costa (CONSELHEIRO) - 220.001.658-18 em 27/04/2023 17:28 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

- ☒ Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro (CONSELHEIRO) - 073.477.007-36 em 26/04/2023 15:05 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A **FLAVIA DE LIMA CARVALHO**, brasileira, em união estável, relações públicas, portadora do RG nº 25.069.651-4 SSP/SP, inscrita no CPF/ME nº 313.294.398-30, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Diretora de Relações com Investidores e M&A da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

A Sra. **FLAVIA DE LIMA CARVALHO**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, a Sra. **Flavia de Lima Carvalho** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**Flavia de Lima Carvalho**  
*Diretora de Relações com Investidores e M&A*

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/A3AD-8D21-1B70-727A> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: A3AD-8D21-1B70-727A**



### Hash do Documento

78856FE9F9D63305852CBEA5EED3DF13CCE6CBC3568A8A4470A3DBDA1CB483D7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2023 é(são) :

☒ Flavia De Lima Carvalho (Diretora de Relações com Investidores e M&A) - 313.294.398-30 em 28/04/2023 11:27 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 27.602.378-x SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 305.213.538-40, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios; da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/7 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **André Augusto Spicciati Pacheco** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**André Augusto Spicciati Pacheco**  
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/3684-29E3-2494-A9E5> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 3684-29E3-2494-A9E5**



### Hash do Documento

C1834035973F9B426A45C24CE23761B80D787C657FAD5E8D8D4A8A121923116D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2023 é(são) :

- ☒ Andre Augusto Spicciati Pacheco (Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios) - 305.213.538-40 em 26/04/2023 16:50 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **GUILHERME FONSECA GOULART**, brasileiro, divorciado, contador, portador do RG nº 29.331.939-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 279.285.928-86, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Financeiro da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **GUILHERME FONSECA GOULART**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **Guilherme Fonseca Goulart** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**Guilherme Fonseca Goulart**  
*Diretor Financeiro*

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/EFE7-9D13-FAFC-2E64> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: EFE7-9D13-FAFC-2E64**



### Hash do Documento

660CAE038087A8D1D316F856FD308B4F6CEA2037E7229E17A0C89575B07A2FBE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2023 é(são) :

- ☒ Guilherme Fonseca Goulart (DIRETOR FINANCEIRO) -  
279.285.928-86 em 26/04/2023 18:28 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **LEONARDO ALMEIDA BYRRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 20.477.845 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 269.275.368-25, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **LEONARDO ALMEIDA BYRRO**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **Leonardo Almeida Byrro** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**Leonardo Almeida Byrro**  
Diretor Presidente

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/35C6-11D3-94B4-3FF1> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 35C6-11D3-94B4-3FF1**



### Hash do Documento

**CAD71AE14E972779E5BE08A72C0C52DC73014A28812A3C7372C14C663E3BBAD6**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2023 é(são) :

☒ Leonardo Almeida Byrro (Diretor Presidente) - 269.275.368-25 em  
28/04/2023 13:35 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **THIAGO LISKA**, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 3.644.744 SSP/SC, inscrito no CPF/ME nº 020.058.649-19, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor de Diagnósticos e Vacinas da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **THIAGO LISKA**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **Thiago Liska** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

---

**Thiago Liska**  
*Diretor de Diagnóstico e Vacinas*

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/37FB-D9C0-E19F-D074> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 37FB-D9C0-E19F-D074**



### Hash do Documento

E83BDE1B5791050F3D5A7D515BAAA8B8589E3E8096E7066D609E7FEF4B092ED0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/05/2023 é(são) :

- ☒ Thiago Liska (Diretor de Diagnósticos e Vacinas) - 020.058.649-19  
em 02/05/2023 13:45 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **RENAN DE ALMEIDA HERVELHA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 43.528.434 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 333.637.448-03, com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Comercial da **CM HOSPITALAR S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **RENAN DE ALMEIDA HERVELHA**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretroatável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **Renan de Almeida Hervalha** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**Renan de Almeida Hervalha**  
Diretor Comercial

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/F5A8-693D-A8E5-8FB8> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: F5A8-693D-A8E5-8FB8**



### Hash do Documento

37F03205D1A7C5D50D2C92D248558EBF8BDBFD40B976AD2F33BB7F6D70CE62BC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2023 é(são) :

- ☒ Renan De Almeida Havelha (Diretor Comercial) - 333.637.448-03  
em 26/04/2023 17:08 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital



## TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O **VILSON SCHVARTZMAN**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 10.500.869-07 SSP/RS, inscrito no CPF/ME nº 766.031.300-25 com endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP, para o cargo de Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas da CM HOSPITALAR S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.420.164/0001-57, estabelecida no município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Av. Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14.072-055 ("Companhia"), cargo para o qual foi eleito na reunião do Conselho da Administração, realizada em 26 de abril de 2023 às 14h, para exercer um mandato com duração de 03 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo em seu cargo até a posse do seu sucessor.

O Sr. **VILSON SCHVARTZMAN**, nos termos e para os fins dos arts. 146 e 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil;
- II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administrador de companhia aberta;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA;
- V. neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, consente e aceita, plena e irrestritamente, a aderir e permanecer vinculado pela cláusula compromissória de arbitragem prevista no estatuto social da Companhia, comprometendo-se e obrigando-se a cumprir integralmente com todos os seus termos e condições, estando ciente, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, de sua obrigação em resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de administrador, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76 e na LSA, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Para os fins do §2º do art. 149, da LSA, o Sr. **Vilson Schwartzman** declara que receberá citações e intimações em seu endereço profissional na rua José Guerra, nº 127, 3º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-030, São Paulo/SP.

Ribeirão Preto/SP, 26 de abril de 2023.

**Vilson Schwartzman**

*Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas*

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/DB67-7BAA-EF38-13DB> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: DB67-7BAA-EF38-13DB**



### Hash do Documento

C4F3695A511454795151D56C0BA67F12D8F6718DB11F9580483919D98DC81E04

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2023 é(são) :

- ☒ Vilson Schvartzman (Vice-Presidente Comercial de Distribuição e Operações Logísticas) - 766.031.300-25 em 27/04/2023 08:39 UTC-03:00

**Tipo: Certificado Digital**

